



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015760-66.2021.6.05.8000
SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO
INTERESSADO : SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA
ASSUNTO : Análise de regularidade da licitação

PARECER nº 7 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de locação de empilhadeira elétrica de contrapeso, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 3/2022 (doc. n.º 1827341).

Observa-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna da presente licitação, conforme registrado na decisão da autoridade administrativa que autorizou a abertura do certame (doc. n.º 1819551).

No documento n.º 1825276, consta designação de Pregoeiro e equipe de apoio nomeados por meio da Portaria 45/2020 (doc. n.º 1827347).

Verifica-se publicação do edital no Portal de Compras do Governo Federal e no DOU (docs. n.ºs 1827350 e 1827356).

Houve pedido de esclarecimento referente a aspectos técnicos do edital, que foi respondido e publicado (docs. n.ºs 1833564 e 1838682).

Consoante ata do pregão anexada, foram regularmente cumpridas todas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva e, em seguida confirmação acerca do atendimento da proposta e negociação de preços. Declarada vencedora a licitante melhor classificada, foi o prazo para registro de intenção de recurso, não havendo manifestação.

Encaminhados os autos para análise da regularidade do procedimento, constatou-se que a certidão relativa à *Fazenda Municipal* da empresa adjudicatária encontra-se vencida. Por este motivo, o Diretor-Geral determinou o retorno dos autos ao Núcleo de Pregoeiros - NUP.

Reaberta a sessão, com amparo na condição 11.16 do edital, após convocação da empresa RECAMAR EMPILHADEIRAS E TRANSPALETEIRAS LTDA, foi encaminhada a certidão municipal válida, conforme documento n.º 1842325.

Novamente aberto o prazo para registro de intenção de recurso, não houve manifestação.

Verifica-se que os procedimentos realizados durante a sessão pública foram detalhadamente descritos pelo Pregoeiro em seu Relatório Final, e estão em consonância com o quanto registrado nas Atas das sessões (docs. n.ºs 1838684 e 1845286).

Deste modo, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração proceder à convocação da empresa vencedora para celebração do contrato, nos termos do art. 4º, XXII, da Lei n.º 10.520/02, art.13, VI e VII, e art. 48, do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com as Atas de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor, Termo de Adjudicação e Relatórios Finais do Pregão (docs. n.ºs 1838684, 1845286, 1838688, 1845288, 1838733 e 1845307).

Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Maria Regina Ribeiro Santana

Analista Judiciário/ASSESD

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

Ronildo Dantas

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 21/02/2022, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 21/02/2022, às 18:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1846826** e o código CRC **E964937C**.